



Relatório Anual
de Informações

2020

Índice

- 03** Mensagem da Diretoria
- 04** Fatos Relevantes em 2020
- 06** Demonstrações Contábeis
- 12** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
- 34** Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- 36** Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2020
- 42** Parecer do Conselho Fiscal
- 43** Resolução do Conselho Deliberativo

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezado(a) leitor(a),

O ano de 2020 teve o seu início marcado pela pandemia da COVID-19, que obrigou a uma rápida e profunda reestruturação na forma de operação da PREVHAB. Com a finalidade de preservar a saúde da equipe, adotamos o trabalho remoto e as reuniões por videoconferência.

Essa nova forma de trabalho teve início na segunda quinzena de março de 2020 e desenvolveu-se sem qualquer prejuízo para as atividades. O pagamento dos benefícios do mês de abril foi antecipado para o dia 17.

Oferecemos aos participantes a suspensão da cobrança das prestações de empréstimos por 3 meses. Toda a operacionalidade dessa medida foi discutida entre a Diretoria e as Gerências envolvidas durante algumas reuniões por videoconferência. Desde então, a Diretoria, os Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como os demais empregados vêm fazendo as suas reuniões por vídeo.

O regime de trabalho na verdade tem sido híbrido, uma vez que algumas pessoas, em razão da natureza das suas atividades, necessitam estarem eventualmente presentes na Entidade.

O ano de 2020 foi também doloroso para todos os que trabalham na PREVHAB com a perda dos companheiros Hugo Queiroz, assistente da Diretoria, e Mario Monteiro, Conselheiro do Conselho Fiscal.

A pandemia provocou uma forte queda no valor dos investimentos em março, especialmente na bolsa de valores, que se foi recuperando ao longo

do ano. Além disso, sofremos com a já longa crise econômica que paralisou o mercado imobiliário e que acarreta que os cerca 30% dos investimentos em imóveis não produzam qualquer rentabilidade. Essa situação que pesa no equilíbrio do Plano Plenus tende a ser logo revertida. O Edifício Novo Mundo, cujo retrofit já foi concluído, está sendo apresentado ao mercado, através de uma grande imobiliária com atuação também no exterior. O Edifício Stella Angelorum está sendo objeto do interesse de investidor imobiliário.

A crise nos investimentos imobiliários foi minimizada com a venda da participação da PREVHAB no Shopping Ribeirão Preto - SP. A venda foi importante por dois motivos. Um deles decorre da obrigação que tínhamos de vender, em virtude de reduzir o desenquadramento nos investimentos imobiliários de cerca de 30%, superior ao limite de até 20% estabelecido pela legislação do Conselho Monetário Nacional. O outro motivo foi que a venda rendeu cerca de R\$ 3 milhões acima do valor contábil.

Em 2020 também foi ano de eleição na PREVHAB. Desta vez, visando a proteção dos participantes em virtude da pandemia, oferecemos a alternativa do voto digital. A Chapa Prevhab Viva foi mais uma vez eleita.

No final do ano de 2021, a PREVHAB completará 50 anos de existência!

Boa leitura.

Mario Cardoso Santiago
Diretor-Presidente

Fatos Relevantes em 2020

Acentuado pela crise sanitária que afetou a sociedade contemporânea de maneira ímpar, em escala global, 2020 foi um ano atípico. Contudo, apesar das adversidades, as atividades da PREVHAB não pararam e, ao longo do último exercício, uma série de fatos marcaram a trajetória recente da Entidade.

▶ Em janeiro, quando ainda vivíamos em um ambiente de normalidade, o Presidente do Conselho Deliberativo, Roberto de Andrade Torres, propôs e o Colegiado aprovou moção de reconhecimento a agradecimento à Diretoria Executiva pela excelência e relevância da atuação profissional dos diretores na consecução dos objetivos e metas da Entidade.

▶ Já em março, com o início do isolamento social imposto pelas autoridades, a PREVHAB suspendeu temporariamente o atendimento presencial na Entidade, mantendo ativos os seus canais eletrônicos de contato, e começou o regime de trabalho remoto, sem prejuízo das atividades.

▶ No mesmo período, a pandemia já começava a acentuar a crise econômica global, com alta volatilidade no mercado financeiro e fortes quedas nas Bolsas de Valores por todo o mundo. Para explicar os efeitos dessa instabilidade nos investimentos da PREVHAB em Renda Variável, João Lopes, Gerente de Investimentos, concedeu uma breve entrevista.

▶ Visando amenizar as dificuldades financeiras impostas aos participantes pela pandemia da Covid-19, em abril, a PREVHAB suspendeu a cobrança das prestações de empréstimos pelo período de três meses. Para manter o equilíbrio das Operações com Participantes (que é um segmento de investimento da Entidade), tais prestações suspensas foram acrescentadas ao saldo devedor, acrescidas de juros e atualização monetária (no caso dos empréstimos com reajuste mensal), e o prazo do contrato original estendido de modo a manter o mesmo nível mensal de comprometimento da renda do participante com o empréstimo.

▶ Ainda em abril, para aprimorar e estreitar o relacionamento com os participantes, principalmente em momentos de isolamento como o que ainda estamos vivenciando atualmente, a PREVHAB criou um novo canal de comunicação, via WhatsApp.

▶ Já o mês de maio foi de tristes despedidas. Primeiro, houve o adeus ao grande amigo, assistente da diretoria e secretário do Conselho Deliberativo, Hugo Queiroz Evaristo Carlos, que teve participação fundamental na resistência da Entidade após a extinção do BNH e continuava ativo, sendo uma figura de importante relevância dentro e fora da PREVHAB. Pouco depois, foi o momento de despedir-se do amigo e conselheiro fiscal Mário Monteiro de Oliveira, outra figura marcante na história da Entidade.



▶ Apesar da manutenção do teletrabalho, o calendário de eventos previstos para 2020 foi mantido e, em agosto, deu-se início ao processo eleitoral na PREVHAB para o período de 2020/2024. Com a preocupação trazida pela pandemia no que diz respeito à aglomeração de pessoas, foi oferecida uma terceira alternativa para a manifestação dos eleitores – o VOTO DIGITAL, via internet, através do computador ou celular. Em função dessa nova modalidade de voto, a Entidade reforçou a importância da atualização cadastral dos participantes.

▶ Também em agosto, foi concluído o processo de venda da participação da PREVHAB

no Ribeirão Shopping. A negociação resultou em um retorno de R\$ 25,8 milhões pago à vista pela VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO.

▶ Já em outubro, o processo eleitoral da PREVHAB em 2020 chegou ao fim. Em 23/10, a Comissão Eleitoral confirmou a eleição da Chapa PREVHAB VIVA.

▶ Por fim, em dezembro, a PREVHAB completou seus 49 anos reforçando sua atenção aos efeitos da crise desencadeada pela pandemia e nutrindo desejos por um 2021 com saúde, plenitude e tranquilidade.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

				R\$ mil			
Ativo	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	4	110	158	EXIGÍVEL OPERACIONAL		5.974	5.968
REALIZÁVEL		597.287	627.713	Gestão Previdencial	9	5.444	5.274
Gestão Previdencial	5	1.684	2.454	Gestão Administrativa	10	307	472
Gestão Administrativa	6	189	156	Investimentos	11	223	222
Investimentos	7	595.414	625.103	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		1.398	101
Títulos Públicos		16.717	49.421	Gestão Previdencial	12	1.263	0
Créditos Privados e Depósitos		33.839	33.995	Gestão Administrativa	13	135	101
Fundos de Investimentos		395.274	367.884	PATRIMÔNIO SOCIAL	14	590.549	622.343
Investimentos Imobiliários		138.302	162.284	Patrimônio de Cobertura do Plano		578.678	606.707
Empréstimos e Financiamentos		11.282	11.519	Provisões Matemáticas		586.628	588.548
				Benefícios Concedidos		581.507	580.825
				Benefícios a Conceder		5.121	7.723
				Equilíbrio Técnico		-7.950	18.159
PERMANENTE	8	524	541	Resultados Realizados		-7.950	18.159
Imobilizado		434	439	Superávit Técnico Acumulado		0	18.159
Intangível		90	102	Déficit Técnico Acumulado		-7.950	0
				Fundos		11.871	15.636
				Fundos Administrativos		11.871	15.636
TOTAL DO ATIVO		597.921	628.412	TOTAL DO PASSIVO		597.921	628.412

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

		R\$ mil		
Descri�o		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Patrimônio Social - início do exercício		622.343	617.346	0,81
1. Adi�es		33.631	65.988	-49,03
(+)	Contribui�es Previdenciais	149	548	-72,81
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.119	57.502	-51,10
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	1.159	-100,00
(+)	Receitas Administrativas	5.095	5.836	-12,70
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	268	943	-71,58
2. Destina�es		-65.425	-60.991	7,27
(-)	Benefícios	-53.612	-51.572	3,96
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-2.685	0	100,00
(-)	Despesas Administrativas	-9.086	-9.405	-3,39
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-42	-14	200,00
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)		-31.794	4.997	-736,26
(+/-)	Provisões Matemáticas	-1.921	312	-715,71
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-26.108	7.325	-456,42
(+/-)	Fundos Administrativos	-3.765	-2.640	42,61
B) Patrimônio Social no final do exercício (A + 3)		590.549	622.343	-5,11

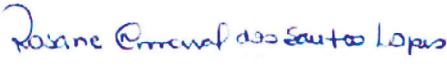
As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.636	18.276	-14,45
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.363	6.779	-20,89
1.1. Receitas	5.363	6.779	-20,89
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.900	1.869	1,66
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.178	3.931	-19,16
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	10	21	-52,38
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	268	943	-71,58
Outras Receitas	7	15	-53,33
2. Despesas Administrativas	9.086	9.405	-3,39
2.1. Administração Previdencial	5.145	5.374	-4,26
Pessoal e encargos	3.635	3.686	-1,38
Treinamentos/congressos e seminários	18	31	-41,94
Viagens e estadias	11	18	-38,89
Serviços de terceiros	976	1.062	-8,10
Despesas gerais	282	315	-10,48
Depreciações e amortizações	37	33	12,12
Tributos	186	229	-18,78
2.2. Administração dos Investimentos	3.928	4.031	-2,56
Pessoal e encargos	2.729	2.610	4,56
Treinamentos/congressos e seminários	8	12	-33,33
Viagens e estadias	6	15	-60,00
Serviços de terceiros	561	579	-3,11
Despesas gerais	476	640	-25,63
Depreciações e amortizações	24	22	9,09
Tributos	124	153	-18,95
2.5. Outras Despesas	13	0	100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	42	14	200,00
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	-3.765	-2.640	42,61
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	-3.765	-2.640	42,61
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	11.871	15.636	-24,08

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020



MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios Plenus – CNPB nº 1971.0002-56

PREVHAB Previdência Complementar

CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Descrição	R\$ mil		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1- ATIVOS	597.479	627.839	-4,84
DISPONÍVEL	100	145	-31,03
RECEBÍVEL	13.554	18.090	-25,07
INVESTIMENTO	583.825	609.604	-4,23
TÍTULOS PÚBLICOS	16.717	49.421	-66,17
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	33.839	33.995	-0,46
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	383.685	352.385	8,88
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	138.302	162.284	-14,78
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.282	11.519	-2,06
2- OBRIGAÇÕES	6.930	5.496	26,09
OPERACIONAL	5.667	5.496	3,11
CONTINGENCIAL	1.263	0	100,00
3- FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	11.871	15.636	-24,08
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	11.871	15.636	-24,08
4 - ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	578.678	606.707	-4,62
PROVISÕES MATEMÁTICAS	586.628	588.548	-0,33
SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO	-7.950	18.159	-143,78
5 - APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-7.950	18.159	-143,78
b) (+/-) Ajuste de Precificação	18.542	19.849	-6,58
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	10.592	38.008	-72,13

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020



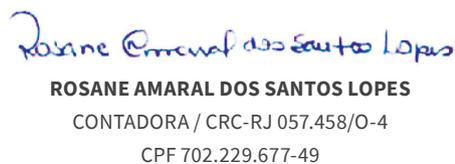
MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios Plenus – CNPB n  1971.0002-56

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ n  42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

R\$ mil			
Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Ativo Líquido - �nio do exercício	606.707	599.070	1,27
1. Adi�es	30.168	61.078	-50,61
(+) Contribui�es	2.049	2.417	-15,23
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.119	57.502	-51,10
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	1.159	-100,00
2. Destina�es	-58.197	-53.441	8,90
(-) Benefícios	-53.612	-51.572	3,96
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-2.685	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	-1.900	-1.869	1,66
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-28.029	7.637	-467,02
(+/-) Provisões Matemáticas	-1.921	312	-715,71
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-26.108	7.325	-456,42
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)	578.678	606.707	-4,62
C) Fundos não Previdenciais	-3.765	-2.640	42,61
(+/-) Fundos Administrativos	-3.765	-2.640	42,61

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020


MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78


GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRA O E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34


MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68


ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Plano de Benefícios Plenus – CNPB nº 1971.0002-56

PREVHAB Previdência Complementar
CNPJ nº 42.174.631/0001-77

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	585.608	612.203	-4,34
1. Provisões Matemáticas	586.628	588.548	-0,33
1.1. Benefícios Concedidos	581.507	580.825	0,12
Benefício Definido	581.507	580.825	0,12
1.2. Benefícios a Conceder	5.121	7.723	-33,69
Benefício Definido	5.121	7.723	-33,69
2. Equilíbrio Técnico	-7.950	18.159	-143,78
2.1. Resultados Realizados	-7.950	18.159	-143,78
Superávit Técnico Acumulado	0	18.159	-100,00
Reserva de Contingência	0	18.159	-100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	-7.950	0	100,00
3. Exigível Operacional	5.667	5.496	3,11
3.1. Gestão Previdencial	5.444	5.274	3,22
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	223	222	0,45
4. Exigível Contingencial	1.263	0	100,00
4.1. Gestão Previdencial	1.263	0	100,00

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020



MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A PREVHAB Previdência Complementar é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdencial, de acordo com o estabelecido nos respectivos Regulamentos e Convênios de Adesão, e está autorizada a atuar como entidade multipatrocinada.

1.2. O Estatuto da PREVHAB está enquadrado nas disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em 14 de dezembro de 2005, através da Portaria nº 295, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2005.

1.3. A PREVHAB administra os seguintes Planos:

1.3.1. Plano de Benefícios Plenus registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 1971.0002-56 estruturado na modalidade de benefício definido; e

1.3.2. Plano de Gestão Administrativa – PGA, que contém as normas que regem a gestão administrativa dos planos de benefícios.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. A PREVHAB apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) instituídos pela

ITG - Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22 de janeiro de 2010 e, em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 29, de 31/08/2009, Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13/04/2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009 e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 29/2018, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- ➔ Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- ➔ Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior.

2.2. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

- a) A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.
- b) Na apuração do resultado as Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.
- c) As contribuições para a Gestão Previdencial do Plano de Benefícios na modalidade Benefício Definido são registradas pelo regime de competência.
- d) Os títulos públicos, créditos privados e depósitos, em atendimento à Resolução CNPC

nº 29/2018, e a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, respectivamente, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

e) Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

f) Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação. Os imóveis são reavaliados a cada três anos de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g) Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimen-

tos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos.

h) A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vencidos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

i) No imobilizado e intangível os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

j) No Exigível Operacional o registro das obrigações, ao valor presente, com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras.

k) As férias, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência.

l) Nos Ativos e Passivos Contingentes registram o montante das provisões decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a PREVHAB. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito estimada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

➔ Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

➔ Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por consultores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisões e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m) As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais, realizados por atuário responsável pelo plano, mediante elaboração de parecer atuarial. Essas Provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder, ajustados a valor presente.

n) Nas estimativas atuariais e contábeis a elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas incluem: as provisões matemáticas,

calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelo plano; as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações; o valor justo de determinados instrumentos financeiros e do ativo imobiliário obtido por meio de reavaliação e definição da vida útil.

o) Nas operações administrativas o Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio independente do Plano de Benefícios Previdencial.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos, receitas diretas e outras receitas) e deduzidos das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo (PGA) foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefícios.

p) Os ajustes e eliminações ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdencial no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à despesa da Entidade com a administração do plano de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

4. ATIVO - DISPONÍVEL

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, referente às contas correntes é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	100	145
a) CEF nº 563-0	2	2
b) CEF nº 790.391-0	22	16
c) BRADESCO S/A nº 2.862-2	-	30
d) BRADESCO S/A nº 37.979-4	39	67
e) BANCO ITAÚ S/A nº 20.371-6	30	24
f) BANCO ITAÚ S/A nº 52.710-0	6	6
g) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	1	-
. Plano PGA:	10	13
a) BRADESCO S/A nº 37.979-4	6	9
b) CEF nº 790.310-0	4	-
c) BANCO ITAÚ S/A nº 65.316-1	-	4
Total do Disponível	110	158

5. ATIVO - REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Recursos a Receber:	535	452
Contribuições em Atraso de Participantes:	238	181
Ativos	654	590
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(416)	(409)
Outros Recursos a Receber	297	271
b) Adiantamentos de Créditos a Assistidos	13	25
c) Depósitos Judiciais/Recurais	1.135	1.145
d) Outros Realizáveis:	1	832
Contribuições Pretéritas	15	15
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(15)	(15)
Reembolsos da Folha de Assistidos (INSS)	1	1
Ações Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	4.709	4.436
Valores a Regularizar	-	831
Ações a serem Ajuizadas contra CEF/FUNCEF	2.985	2.985
(-) Provisão para Créditos de Líquidação Duvidosa	(7.694)	(7.421)
Ação contra o INSS	-	1.712
Ação contra a CEF	100	100
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(100)	(1.812)
Total Realizável - Gestão Previdencial	1.684	2.454

. Plano Plenus

a) Os “Recursos a Receber” de R\$ 535 mil, apresentam a seguinte composição:

➔ R\$ 238 mil de “Contribuições em Atraso de participantes Ativos” deduzidas das provisões para devedores duvidosos.

➔ R\$ 297 mil de “Outros Recursos a Receber” referem-se à regularização de saldos bancários (R\$ 219 mil) e valor a receber do PGA do aluguel do imóvel de uso próprio (R\$ 78 mil).

b) Os “Adiantamentos de Créditos a Assistidos” de

R\$ 13 mil referem-se a benefícios (R\$ 2 mil) e 13º salário (R\$ 11 mil).

c) Os “Depósitos Judiciais/Recurais” de R\$ 1.135 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Previdencial.

d) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber pendentes de regularização de R\$ 1 mil, apresentam a seguinte composição:

- R\$ 15 mil de “Contribuições Pretéritas” a receber de participantes, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como possíveis perdas;

➔ R\$ 1 mil de adiantamentos efetuados pela PREVHAB por conta dos proventos dos assistidos pendentes de reembolsos junto ao INSS;

➔ R\$ 4.709 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de janeiro de 1999, cujos valores encontram-se totalmente provisionados como crédito de liquidação duvidosa, estão sendo cobrados à Caixa Econômica Federal e a FUNCEF através das Ações Ordinárias n.ºs. 2006.34.00.000384-1, em curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja apelação da PREVHAB foi distribuída à 1ª Turma do Tribunal Regional Federal - TRF1, aguardando julgamento do recurso pela Desembargadora Daniele Maranhão Costa, desde 15/03/2018; e 2009.34.00.026743-9, em curso na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Relator Desembargador Souza Prudente), aguardando julgamento da apelação interposta pela PREVHAB;

➔ R\$ 2.985 mil de ações judiciais pagas pela PREVHAB a partir de fevereiro de 2006, assim como de outros valores de responsabilidade da Caixa Econômica Federal e FUNCEF, para as quais a PREVHAB não tenha ainda movido ação de ressarcimento, cujo valor encontra-se totalmente provisionado como crédito de liquidação duvidosa;

➔ R\$ 100 mil do valor da ação judicial de cobrança contra a Caixa Econômica Federal (processo nº 2007.51.01.002154-5 da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro), referente ao reembolso dos valores de responsabilidade do INSS pagos pela PREVHAB no período de março de 1987 a fevereiro de 1988 aos seus associados. O valor está provisionado na sua totalidade como provável perda. Em 15/12/2020, foi publicada decisão monocrática no Superior Tribunal de Justiça, dando provimento ao recurso especial interposto pela PREVHAB, para afastar a prescrição, com a determinação de retorno do feito à primeira instância para prosseguimento. Aguardando prazo para recurso.

6. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Ativo – Realizável – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Responsabilidade de Empregados	1	1
b) Responsabilidade de Terceiros	3	3
c) Outros Recursos a Receber	2	2
d) Despesas Antecipadas:	96	60
Férias	92	55
Despesas Miúdas	4	4
Contas a Receber de Empregados	-	1
e) Depósitos Judiciais/Recursais	39	42
f) Outros Realizáveis:	48	48
IRRF a Recuperar	3	3
FCVS	4	4
Seguro SFH	41	41
Total Realizável - Gestão Administrativa	189	156

. Plano PGA

a) A “Responsabilidade de Empregados” de R\$ 1 mil refere-se a empréstimo emergencial a empregado.

b) A “Responsabilidade de Terceiros” de R\$ 3 mil referem-se a adiantamentos a terceiros (advogados).

c) Os “Outros Recursos a Receber” de R\$ 2 mil refere-se a valor a ser repassado pelo Plano de Benefícios Plenus.

d) As “Despesas Antecipadas” de R\$ 96 mil referem-se a adiantamentos a empregados a receber, sendo R\$ 92 mil de empréstimos de férias e R\$ 4 mil de despesas miúdas.

e) Os “Depósitos Judiciais/Recursais” de R\$ 39 mil referem-se aos depósitos relativos às contingências da Gestão Administrativa.

f) Os “Outros Realizáveis” de valores a receber de R\$ 48 mil, referem-se a R\$ 3 mil de IRRF a recuperar; R\$ 4 mil dos recolhimentos mensais efetuados ao Fundo de Compensação Variações Salariais - FCVS, a partir do mês de julho de 2002, a serem ressarcidos pela CEF, após a homologação da liquidação do financiamento imobiliário; e R\$ 41 mil dos pagamentos mensais do seguro do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, pendentes de ressarcimentos pelos mutuários com financiamento imobiliário.

7. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos dos Planos de Benefícios Plenus e PGA no ano de 2020 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 205ª Reunião Ordinária, realizada em 19/12/2019, do Plano de Benefícios Plenus e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 01/01/2020 a 31/12/2024, elaboradas pela PREVHAB.

b) Agente Custodiante e de Controladoria

Em 09 de outubro de 2001, para execução dos serviços de Agente Custodiante e de Controladoria, foram firmados com o Banco Itaú S.A. o Contrato de Centralização de Dados, o Contrato de Custódia para Carteira com Precificação e contratos de Custódia e Controladoria para os Fundos Exclusivos.

Através da custódia e controladoria, o Banco garante a fidelidade do patrimônio lançado no balanço, apura a rentabilidade dos segmentos de renda fixa e renda variável e não liquida operações, da carteira própria, que estejam em desacordo com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes e com a Política de Investimento fixada pela administração da PREVHAB.

c) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações dos preços dos ativos em que são investidos os recursos garantidores dos Planos administrados pela PREVHAB. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

A PREVHAB monitora o risco de crédito por meio de relatório específico com todos ativos e seus respectivos emissores e ratings, atribuídos por agência(s) classificadora(s) de risco (observados os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018), enquanto o risco de mercado é acompanhado diariamente através de modelo próprio e adicionalmente por relatórios mensais de mensuração de riscos elaborados pela firma de consultoria financeira Aditus.

d) Gestão de Investimentos

d.1.) O Plano de Benefícios Plenus, em 31/12/2020, possuía 11 (onze) Fundos de Investimentos, sendo 5 (cinco) no segmento de Renda Fixa, 2 (dois) no segmento de Estruturado, 3 (três) no segmento de Renda Variável e 1 (um) no segmento Imobiliário, a seguir discriminados:

a) Renda Fixa:

- ➔ Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado (Gestor Caixa Econômica Federal);
- ➔ Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa (Gestor Sul América Investimentos DTVM);
- ➔ HSBC Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Performance Institucional (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.);
- ➔ BNP Paribas Match DI FI Referenciado (Gestor BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.);
- ➔ Itaú Institucional Referenciado DI FI (Gestor Itaú Asset Management Ltda.).

b) Estruturado:

- ➔ AZ Quest Multi FIC FI Multimercado (Gestor AZ Quest Investimentos Ltda.);
- ➔ Kinea Chronos FI Multimercado (Gestora Kinea Investimento Ltda.).

c) Renda Variável:

- ➔ Occam Fundo de Investimento de Ações (Gestor Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.);
- ➔ Sulamérica Equities Fundo de Investimentos de Ações (Gestor Sulamérica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.);
- ➔ Bogari Value FIC Fundo de Investimentos de

Ações (Gestor Bogari Gestão de Investimentos Ltda.).

d) Imobiliário:

- ➔ Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (Gestor Rio Bravo Investimentos Ltda.).

No ano de 2020 a rentabilidade dos investimentos do Plano Plenus foi de 5,53%, inferior 4,51 pontos percentuais à meta atuarial de 10,04% (INPC+4,60% aa.), decorrente dos resultados dos investimentos do segmento de Operações com Participantes: 10,58%, Renda Fixa: 8,31%, Imobiliário: 0,19%, Estruturado: 0,09% e Renda Variável: -5,31%.

d.2.) Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão sendo aplicados no Fundo Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (Gestor Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.) e HSBC Referenciado DI Longo Prazo (Gestor HSBC Gestão de Recursos Ltda.). A rentabilidade dos investimentos do Plano no ano de 2020 foi de 2,10% inferior 0,65 ponto percentual ao CDI de 2,75%.

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:	583.825	609.605
Títulos Públicos	16.717	49.421
Créditos Privados e Depósitos	33.839	33.995
Fundos de Investimentos	383.685	352.386
Investimentos Imobiliários	138.302	162.284
Empréstimos e Financiamentos	11.282	11.519
. Plano PGA:	11.589	15.498
Fundos de Investimentos	11.589	15.498
Total dos Investimentos	595.414	625.103

7.1. Plano Plenus

7.1.1. Os “Títulos Públicos”, no total de R\$ 16.717 mil, estão aplicados em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) lastreadas em IPCA. O referido ativo é marcado pela curva e levado até o vencimento, não sofrendo oscilações geradas pela volatilidade do mercado.

7.1.2. Os “Créditos Privados e Depósitos”, no total de R\$ 33.839 mil, estão aplicados em Debêntures não Conversíveis do Hopi Hari S.A. (R\$ 31.196 mil, valor líquido das provisões para devedores duvidosos) e da Cia. Vale do Rio Doce (R\$ 2.643 mil);

7.1.2.1. Na Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, realizada no dia 20/12/2010, que representa 100% das debêntures em circulação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, ficou deliberado alterar as cláusulas e condições da Escritura da 1ª Emissão, as quais foram consolidadas em Instrumento Particular de Escritura de 1ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações do Hopi Hari S/A, firmado entre a PREVHAB, Hopi Hari e Oliveira Trust (Agente Fiduciário), com o compromisso da Emissora efetuar mensalmente os pagamentos programados à PREVHAB, iniciados a partir de 18/12/2010 até 18/06/2039, cujos valores serão acrescidos de atualização monetária anual (INPC) em cada série, acrescidos de juros remuneratórios mensais de 4% ao ano que serão calculados antes de abatida a respectiva parcela de pagamento programado;

7.1.2.2. Na Assembleia Geral Extraordinária da Hopi Hari S.A., realizada no dia 20/12/2010, foi aprovada pela totalidade dos acionistas do capital social da Hopi Hari S.A. as novas condições de renegociação, pela Diretoria da Companhia, das condições e características das Debêntures de 1ª Emissão, com ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria para tal fim, e delegação, ainda, de poderes para tomar todas as medidas e assinar todos os documentos necessários e convenientes para implementar a renegociação das Debêntures de 1ª Emissão;

7.1.2.3. Em 20/12/2010, foi assinada a Consolidação da Escritura de Primeira Emissão de Debêntures do Hopi Hari, mediante a qual foi estabelecido o pagamento do crédito da PREVHAB, em prestações mensais, com vencimentos de 18/12/2010 a 18/06/2039, com correção pelo INPC e juros de 4% ao ano.

7.1.2.4. O Conselho Deliberativo em sua 166ª Reunião Ordinária, realizada em 22/09/2016, considerando o pedido de recuperação judicial feito pelo Hopi Hari e, ainda, o fato de no dia 18/08/2016 ter-se completado o 3º mês de inadimplência do pagamento das parcelas do Aditivo firmado em 27/01/2016, aprovou que seja considerado e caracterizado o disposto no item 19.2 Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures, de modo a que toda dívida seja considerada como vencida e a taxa de juros seja elevada para 12% desde 2009, o que significa o crescimento da dívida em R\$ 28.292.163,68, passando o seu valor de R\$ 44.812.908,04 para R\$ 73.105.071,72, cuja diferença deverá ser provisionada em setembro/2016.

7.1.2.5. No dia 26/10/2016, o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Vinhedo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio do processo digital nº 1002265-62.2016.8.26.0659 deferiu o processamento da recuperação judicial de HH Participações S.A., HH Parques Temáticos S.A. e Hopi Hari S.A..

7.1.2.6. A Diretoria-Executiva da PREVHAB em sua 339ª Reunião Ordinária, realizada em 16/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou à Diretoria a planilha atualizada da dívida do Hopi Hari no período de 18/06/2009 a 18/12/2016, a juros de 12%, de conformidade com o item 19.2, Cláusula III da Consolidação da Escritura de Emissão de Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, no total de R\$ 92.446.405,48, esclarecendo que o valor de R\$ 73.105.071,72 consignado na Ata de 331ª da Reunião Ordinária da Diretoria-Executiva, datada de 16/09/2016, corresponde ao valor da dívida atualizada a juros de 12%, a partir de 18/11/2010, em desacordo, portanto, com o disposto no item 19.2 da Consolidação daquela Escritura. A Direto-

ria, após debater a matéria, determinou que: 1) seja feito no balancete de dezembro/2016 o registro contábil da diferença de R\$ 16.639.111,40 entre a dívida de R\$ 92.446.405,48 e o saldo contábil de novembro/2016 de R\$ 75.807.294,08; 2) seja registrada, ainda no balancete de dezembro/2016, a diferença de R\$ 16.639.111,40, no saldo da conta de Provisão para Devedores Duvidosos; 3) seja dado conhecimento ao Conselho Deliberativo da nova situação. Na 170ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26/01/2017, o Diretor-Presidente apresentou ao Colegiado a

planilha demonstrativa dos valores atualizados relativos à dívida do Hopi Hari.

7.1.3. Em atendimento ao artigo 36 da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, os demonstrativos a seguir apresentam os títulos classificados por categorias: “Títulos para Negociação”, avaliados pelo valor de mercado, e os “Títulos Mantidos até o Vencimento”, avaliados pelo custo amortizado, por rata dia até o vencimento, alocado na Carteira Própria e em Fundos de Investimentos Exclusivos do Plano de Benefícios Plenus.

Demonstrativo Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados

Posição em 31.12.2020

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
Operações Compromissadas	13.425	-	-	-	13.425
NTN	28.956	65.600	-	128.933	223.489
LFT	99	7.157	24	-	7.280
LTN	-	41	-	-	41
Total de Títulos Públicos	42.480	72.798	24	128.933	244.235
2. Títulos Privados					
CDB's	189	7	-	-	196
Debêntures	203	719	43	167.987	168.952
Letras Financeiras	3.061	5.540	5	966	9.572
Total de Títulos Privados	3.453	6.266	48	168.953	178.720

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
Operações Compromissadas	12.775	-	-	-	12.775
NTN	42.848	90.362	-	123.651	256.861
LFT	248	9.824	13	-	10.085
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	55.871	100.186	13	123.651	279.721
2. Títulos Privados					
CDB's	1.391	184	-	-	1.575
Debêntures	361	1.475	-	113.858	115.694
Letras Financeiras	3.592	12.576	1	1.045	17.214
Total de Títulos Privados	5.344	14.235	1	114.903	134.483

Demonstrativo dos Títulos para Negociação

Posição em 31.12.2020

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
Operações Compromissadas	13.425	-	-	-	13.425	13.425
NTN	-	-	-	-	-	-
LFT	99	7.157	24	-	7.280	7.280
LTN	-	41	-	-	41	41
Total de Títulos Públicos	13.524	7.198	24	-	20.746	20.746
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
CDB 's	189	7	-	-	196	196
Debêntures	203	719	43	167.987	168.952	168.952
Letras Financeiras	3.061	5.540	5	966	9.572	9.572
Total de Títulos Privados	3.453	6.266	48	168.953	178.720	178.720

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	Valor Contábil
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado						
Operações Compromissadas	12.775	-	-	-	12.775	12.775
NTN	-	-	-	-	-	-
LFT	248	9.824	13	-	10.085	10.085
LTN	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	13.023	9.824	13	-	22.860	22.860
2. Títulos Privados - Valor de Mercado						
CDB 's	1.391	184	-	-	1.575	1.575
Debêntures	361	1.475	-	113.858	115.694	115.694
Letras Financeiras	3.592	12.576	1	1.045	17.214	17.214
Total de Títulos Privados	5.344	14.235	1	114.903	134.483	134.483

Demonstrativo dos Títulos Mantidos até o Vencimento

Posição em 31.12.2020

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
NTN	28.956	65.600	-	128.933	223.489
Total de Títulos Públicos	28.956	65.600	-	128.933	223.489

Posição em 31.12.2019

Títulos e Valores Mobiliários - R\$ mil	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil
1. Títulos Públicos					
NTN	42.848	90.362	-	123.651	256.861
Total de Títulos Públicos	42.848	90.362	-	123.651	256.861

7.1.4. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 383.685 mil, estão aplicados nos seguintes segmentos:

➔ R\$ 225.941 mil em Renda Fixa, sendo R\$ 10.299 mil no Fundo de Investimento Previdenciário Caixa Prevhav Multimercado; R\$ 207.538 mil no Prevhav Plenus Fundo de Investimento Renda Fixa; R\$ 6.995 mil no BNP Paribas Match DI FI Referenciado; e R\$ 1.109 mil no Itaú Institucional Referenciado DI FI.

➔ R\$ 83.097 mil em Renda Variável, sendo R\$ 20.927 mil no Occam Fundo de Investimento de Ações; R\$ 39.614 mil no Sulamérica Equities Fundo de Investimentos de Ações; e R\$ 22.556 no Bogari Value FIC Fundo de Investimentos de Ações.

➔ R\$ 38.227 mil em Investimentos Estruturados, sendo R\$ 22.443 mil no AZ Quest Multi FIC FI Multimercado e R\$ 15.784 mil no Kinea Chronos FI Multimercado.

➔ R\$ 36.420 mil em Investimentos Imobiliários, no Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping.

7.1.5. Os “Investimentos Imobiliários” são demonstrados ao custo de aquisição ou reavalia-

ção e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação;

7.1.5.1. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 163ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de junho de 2016, aprovou o critério de avaliação anual do Edifício Novo Mundo enquanto perdurarem os investimentos das obras de retrofit, localizado na Av. Presidente Wilson – RJ, e o Laudo de Avaliação do imóvel elaborado pela empresa AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., em 17/05/2016. A avaliação do imóvel foi contabilizada de acordo com o Laudo de Avaliação no balancete do mês de julho/2016. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 177ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2017, por exposição de motivos da Diretoria, aprovou o retorno do critério trienal de avaliação do Edifício Novo Mundo. Em 24/04/2019, a avaliação do Edifício Novo Mundo foi realizada pela CGM Consultoria e Projetos Ltda., através do Laudo de Avaliação realizado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 199ª Reunião Ordinária, realizada em 27/06/2019, apresentando o resultado líquido de R\$ 20.460 mil contabilizado no balancete do mês de junho/2019 (valor da avaliação: R\$ 111.998 mil deduzido do valor contábil: R\$ 91.538 mil).

7.1.5.2. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de julho de 2018, aprovou os Laudos de Avaliações dos imóveis elaborados pela empresa Analítica – Engenharia de Avaliações Ltda., relativamente aos imóveis situados no Rio de Janeiro e São Paulo. As avaliações dos imóveis foram contabilizadas de acordo com os Laudos de Avaliações no balancete do mês de junho/2018 e resultaram no acréscimo de R\$ 13.994 mil.

7.1.5.3. A composição, em 31/12/2020, do Imobiliário de R\$ 138.302 mil é a seguinte:

➔ os “Terrenos” localizados em Aracaju – SE na Av. Augusto Franco, nº 1.118 – Lote 1, Travessa Pernambuco, nº 197 – Lote 2 e Rua Porto Alegre, nº 04 – Lote 3, estão sem valor comercial, tendo em vista a impossibilidade de sua retomada e a recomendação do não registro de quaisquer valores nessas circunstâncias, conforme justificativas do Diretor Financeiro da PREVHAB, Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 188ª Reunião Ordinária, de 19/07/2018;

➔ os imóveis de “Uso Próprio e Locados a Terceiros”, no total de R\$ 136.672 mil, já deduzidos os valores de depreciações e de provisões para devedores duvidosos, referem-se ao valor de R\$ 5.082 mil do imóvel de uso próprio localizado na Rua da Glória – RJ – 10º e 11º andares, e de R\$ 131.590 mil dos imóveis locados a terceiros, localizados na Av. Presidente Wilson, 164 – RJ (R\$ 111.047 mil), Rua da Glória, 306 – RJ (R\$ 20.408 mil), Av. Jerônimo Monteiro, 1000 – ES (R\$ 126 mil) e Rua Buenos Aires, 68 – RJ (R\$ 9 mil);

➔ os imóveis de “Outros Investimentos Imobiliários”, no total de R\$ 1.630 mil, refere-se ao imóvel localizado na Rua Barão de Jaguará em Campinas – SP, desapropriado pela União Federal, com processo nº 98.061.3429-0 em curso na 2ª Vara Federal de Campinas – SP, ocorreu o levantamento de 80% dos valores depositados pela União e está aguardando apreciação de recursos da União Federal para apurar a diferença ainda a ser paga

pela União. Foram publicadas decisões que negaram seguimento ao sobrestamento do exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário interpostos pela União Federal, e intimação dos recorridos para apresentar contraminuta aos agravos interpostos.

➔ no dia 24/08/2020 ocorreu à venda da participação do Plano da fração ideal de 3,83% e dos direitos de 2,08% do estacionamento do Shopping Center de Ribeirão Preto – SP (Ribeirão Shopping) para a Vinci Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário e o pagamento correspondente a 5% sobre o valor da venda de comissão de intermediação para Primaz Empreendimentos Imobiliários Ltda. O resultado líquido da venda foi de R\$ 3.066 mil, conforme demonstrado a seguir: (+) valor da venda à vista: R\$ 25.800 mil; (-) pagamento da comissão de intermediação: R\$ 1.290 mil; (-) baixa do valor contábil: R\$ 21.444 mil.

7.1.5.4. Os “Investimentos Imobiliários”, em 31/12/2020, registram 29,90% dos recursos garantidores (o limite estabelecido é de 20% pela Resolução CMN nº 4.661/2018), decorrente dos resultados positivos das avaliações dos imóveis, bem como das obras de retrofit do Ed. Novo Mundo. De acordo com o Inciso I do Art. 35 da Resolução CMN nº 4.661/2018, a reavaliação dos imóveis é considerada como desequilíbrio passivo e a Entidade tem até 12 anos para alienar o estoque de imóveis e terrenos (§ 5º do Art. 37 da Resolução CMN nº 4.661/2018).

7.1.5.5. O Conselho Deliberativo da PREVHAB em sua 100ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de março de 2011, aprovou a exposição de motivos do Diretor-Presidente para a realização das obras de retrofit do Edifício Novo Mundo – RJ. A PREVIC através do Ofício nº 3241/2012/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/8/2012, manifestou-se favorável de que as obras de retrofit do Ed. Novo Mundo – RJ seja considerado como investimento de desequilíbrio passivo.

7.1.6. Os “Empréstimos e Financiamentos” referem aos empréstimos concedidos e, em 31/12/2020, totalizam R\$ 11.282 mil e apresentam

as seguintes condições:

- ➔ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados mensalmente com base na variação do INPC e juros de 0,41% a.m., correspondente a 5,03% a.a.;
- ➔ prazo máximo de 120 meses, registrados pelo valor do principal, reajustados anualmente com base na variação do INPC e juros de 0,48% a.m., correspondente a 5,91% a.a., com opção de escolha do mês de reajustamento (abril, junho ou setembro);
- ➔ prazo máximo de 36 meses com prestações fixas e juros de 0,98% a.m., correspondentes a 12,42% a.a.

7.1.6.1. No exercício, foram concedidos 78 em-

préstimos aos participantes no total líquido de R\$ 1.193 mil.

7.2. Plano PGA

7.2.1. Os “Fundos de Investimentos”, no total de R\$ 11.589 mil, estão aplicados em Renda Fixa no Santander FIC Fundo de Investimento Institucional RF Referenciado DI (R\$ 11.362 mil) e do HSBC Referenciado DI Longo Prazo (R\$ 227 mil).

8. ATIVO PERMANENTE

A posição consolidada do Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	R\$ mil	
		Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:			
a) Imobilizado		434	439
Instalações		80	80
Móveis e Utensílios	10% aa.	95	101
Máquinas e Equipamentos	10% aa.	259	258
Sistema de Comunicação	10% aa.	-	-
b) Intangível (Desenvolvimento Software)	20% aa.	90	-
c) Diferido		-	102
Gastos Implantação Software		-	95
Fomento (Adiantamento do Plano Fênix)		-	3
Fomento (Adiantamento do Plano BV)		-	4
Total Ativo Permanente		524	541

9. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
a) Benefícios a Pagar	5.250	4.764
b) Retenções a Recolher	1	320
c) Outras Exigibilidades:	193	190
Consignações a Repassar	19	16
Terceiros	174	174
Total Exigível Operacional - Gestão Previdencial	5.444	5.274

9.1. Plano Plenus

9.1.1. Os “Benefícios a Pagar”, no total de R\$ 5.250 mil, referem-se a contribuições a serem devolvidas a ex-participantes em litígio contra a CEF, atualizados monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros atuariais de 6% a.a.

9.1.2. As “Retenções a Recolher”, de R\$ 1 mil, referem-se a IRRF a recolher da folha de pagamento de assistidos.

9.1.3. As “Outras Exigibilidades”, no total de R\$ 193 mil, referem-se ao convênio do INSS (R\$ 174 mil), valores a pagar ao PGA (R\$ 13 mil) e valores a regularizar (R\$ 6 mil).

10. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
a) Contas a Pagar	294	318
b) Retenções a Recolher	9	154
c) Outras Exigibilidades	4	-
Total Exigível Operacional - Gestão Administrativa	307	472

10.1. Plano PGA

a) As “Contas a Pagar” de R\$ 294 mil referem-se às Despesas Administrativas Comuns.

b) As “Retenções a Recolher” de R\$ 9 mil referem-se aos valores do INSS dos empregados, empregador, pessoa física e jurídica (R\$ 2 mil), ISS de serviços de terceiros (R\$ 5 mil) e contribuição de previdência de empregado (R\$ 2 mil).

c) As “Outras Exigibilidades” de R\$ 4 mil referem-se a Pensão Alimentícia (R\$ 1 mil) e Honorários Sucumbência (R\$ 3 mil).

11. PASSIVO EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Investimentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
11.1. Plano Plenus	222	222
11.2. Plano PGA	1	222
Total Exigível Operacional - Investimentos	223	222

11.1. Plano Plenus: os “Investimentos” de R\$ 222 mil referem-se aos valores de honorários de sucumbência do Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping (R\$ 9 mil), ISS (R\$ 2 mil), honorários de sucumbência (R\$ 7 mil) e depósito de

caução de Imóveis Locados a Terceiros (R\$ 204 mil).

11.2. Plano PGA: os “Investimentos” de R\$ 1 mil refere-se ao saldo a regularizar na conta corrente no Bradesco S/A nº 2.862-2.

12. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano Plenus:		
Provisões de Ações Previdenciais	15.995	14.450
Valores a Regularizar	148	831
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(14.880)	(15.281)
Total Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	1.263	0

12.1. Plano Plenus

12.1.1. As “Provisões de Ações Previdenciais” de R\$ 1.263 mil é o resultado do provisionamento dos valores correspondentes às possíveis perdas em ações movidas por participantes contra a PREVHAB (R\$ 15.995 mil), valores a regularizar (R\$ 148 mil), deduzido da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 14.880 mil.

13. PASSIVO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A posição consolidada do Passivo Exigível Contingencial – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
. Plano PGA:		
Provisões de Ações Trabalhistas	204	171
(-) Bloqueio Judicial a Regularizar	(69)	(70)
Total Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	135	101

13.1. Plano PGA

13.1.1. As “Provisões de Ações Trabalhistas” de R\$ 135 mil referem-se ao provisionamento dos valores de R\$ 204 mil correspondentes às possíveis perdas em ações movidas pelos empregados e ex-empregados da Entidade, deduzidas da rubrica retificadora do bloqueio judicial a regularizar de R\$ 69 mil.

14. PASSIVO – PATRIMÔNIO SOCIAL

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos Planos Plenus e PGA, apresenta a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil	
	Exercício Atual	Exercício Aterior
. Plano Plenus:		
Patrimônio de Cobertura do Plano:	578.678	606.707
Provisões Matemáticas	586.628	588.548
Benefícios Concedidos	581.507	580.825
Benefícios a Conceder	5.121	7.723
Equilíbrio Técnico	-7.950	18.159
.Plano PGA:		
Fundos	11.871	15.636
Fundos Administrativos	11.871	15.636
Total Patrimônio Social	590.549	622.343

14.1. Plano Plenus

14.1.1. O “Patrimônio de Cobertura do Plano” de R\$ 578.678 mil está composto dos valores das Provisões Matemáticas de R\$ 586.628 mil e do Equilíbrio Técnico de -R\$ 7.950 mil.

14.1.2. As “Provisões Matemáticas”, no total de R\$ 586.628 mil, referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 581.507 mil, com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 5.121 mil, com os participantes ativos, conforme Parecer Atuarial do Plano de Benefícios Plenus de 31/12/2020 elaborado pela HR Serviços Atuariais Ltda., em 03/03/2021.

14.1.3. O “Equilíbrio Técnico” de -R\$ 7.950 mil representa o Déficit Técnico Acumulado do Plano, representando -1,36% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 586.628 mil.

14.1.4. A HR Serviços Atuariais Ltda. no Parecer Atuarial apresenta a seguinte CONCLUSÃO: *“Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2020, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 10.592.227,68, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2021.”* As hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial foram:

HIPÓTESE	31/12/2020
Taxa real anual de juros	4,60 % a.a.
Projeção de crescimento real de salário	4,00% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos - família real Ativos - 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

14.2. Plano PGA

14.2.1. Os “Fundos” de R\$ 11.871 mil, destinados à cobertura das despesas de custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA referem-se ao saldo do Fundo Administrativo do Plano de Benefícios Plenus.

15. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO PREVIDENCIAL

15.1. Plano Plenus

15.1.1. As receitas do Plano no ano de 2020, no total de R\$ 176.518 mil, foram as seguintes: a) R\$ 150 mil de receitas de contribuições previdenciais; b) R\$ 1.899 mil de receitas de contribuições de custeio administrativo; c) R\$ 723 mil de receitas de reversões de contingências de ações judiciais previdenciais; d) R\$ 21.520 mil de receitas de reversões de provisões matemáticas; e) R\$ 152.226 mil de receitas de rendimentos das aplicações dos investimentos do Plano.

15.1.2. As despesas do Plano no ano de 2020, no total de R\$ 202.626 mil, foram as seguintes: a) R\$ 53.612 mil de despesas de benefícios dos assistidos; b) R\$ 3.408 mil de despesas de constituições de Contingências Judiciais; c) R\$ 19.599 mil de despesas de constituições das Provisões Matemáticas; d) R\$ 1.900 mil de despesas de contribuições para custeio administrativo do PGA; e) R\$ 3.178 mil de despesas de contribuições de custeio administrativo dos investimentos; f) R\$ 10 mil de despesas da taxa administração de empréstimos; g) R\$ 120.919 mil de despesas dos resultados negativos dos investimentos do Plano.

15.1.3. O resultado negativo de -R\$ 26.108 mil no ano de 2020 foi destinado ao Déficit Técnico do Plano (Receitas: R\$ R\$ 176.518 mil – Despesas: R\$ 202.626 mil).

16. CONTAS DE RESULTADOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

16.1. Plano de Gestão Administrativa - PGA

16.1.1. As receitas do Plano no ano de 2020, no total de R\$ 5.364 mil, foram as seguintes: a) R\$ 1.900 mil de receitas de contribuição para custeio; b) R\$ 3.178 mil de receitas de contribuição de custeio de investimento. A retomada da receita administrativa foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 186ª Reunião Ordinária, realizada em 24/05/2018, mas com a condição de que ela somente seja realizada se houver constituição de superávit previdencial no mês e até o valor deste, ressalvada a observância da taxa de 0,8% ao ano sobre os recursos garantidores. Em 29/11/2018, o Conselho Deliberativo em sua 192ª Reunião Ordinária, por proposta da Diretoria, aprovou a elevação da taxa de 0,8% para 1,5% ao ano, a vigorar a partir do mês de novembro, mantidos todos os demais critérios vigentes; c) R\$ 10 mil de receitas da cobrança da taxa de 0,3% sobre os empréstimos concedidos aos participantes; d) R\$ 1 mil de receitas de reversões de contingências de ações judiciais administrativas; e) R\$ 268 mil de receitas líquidas de rendimentos das aplicações dos investimentos do Plano; f) R\$ 7 mil de outras receitas administrativas.

16.1.2. As despesas do Plano no ano de 2020, no total de R\$ 9.129 mil, foram as seguintes: a) R\$ 9.086 mil de despesas administrativas do PGA (Comuns e Específicas). O rateio das despesas administrativas comuns coube as “Despesas da Gestão Previdencial” o percentual de 60% (R\$ 5.452 mil) dessas despesas e as “Despesas dos Investimentos” os 40% restantes (R\$ 3.634 mil). Para definição desses percentuais, as “Despesas da Gestão Previdencial” foram consideradas como compostas pelas áreas da Presidência, Administração e Previdência, e Informática, e as “Despesas dos Investimentos” foram considera-

das como compostas pelas áreas Financeira, Investimentos e Contabilidade; b) R\$ 43 mil de despesas de constituições de contingências de ações judiciais administrativas.

16.1.3. As reversões do Fundo Administrativo totalizaram R\$ 3.765 mil no ano de 2020 (Receitas: R\$ 5.364 mil – Despesas: R\$ 9.129 mil).

16.2. Indicadores de Gestão

16.2.1. Despesas Administrativas sobre Ativo Total (Plenus + PGA): R\$ 9.086 mil/R\$ 597.921 mil = 1,52%.

16.2.2. Despesas Administrativas sobre Receitas Administrativas: R\$ 9.086 mil/R\$ 5.095 mil = 1,78.

16.2.3. Despesas Administrativas Per Capita (ativos + aposentados + pensionistas): R\$ 9.086 mil/558 = R\$ 16 mil.

16.2.4. Ativo Total (Plenus + PGA) Per Capita (ativos + aposentados + pensionistas): R\$ 597.921 mil /558 = R\$ 1.072 mil.

17. FATOS RELEVANTES

17.1. Política de Investimento

17.1.1. Em cumprimento às determinações da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 217ª Reunião Ordinária, realizada em 17/12/2020, as Políticas de Investimento do Plano de Benefícios Plenus e Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2021/2025, elaboradas pela PREVHAB, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 26/02/2021, e disponibilizadas aos participantes, na íntegra, na página da Internet da PREVHAB.

17.2. Orçamento das Despesas Administrativas

17.2.1. Em cumprimento às disposições da Resolução CGPC nº 29/2009, foi aprovado pelo Con-

selho Deliberativo em sua 217ª Reunião Ordinária, realizada em 17/12/2020, o Orçamento das Despesas Administrativas e os Indicadores para Avaliação da Gestão Administrativa para o ano de 2021 do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

17.3. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

17.3.1. Relativamente ao Plano Plenus, a PREVHAB faz parte da Ação Ordinária (processo nº 91.0123902-3) movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em que foi julgado procedente o direito das Associadas à correção das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) por meio do IPC, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, e não pelo BTN como realizado pela União Federal à época. A PREVHAB era possuidora de 35.745.591 OFND's.

17.3.2. Em 07/01/2014, a ABRAPP informou que o recurso de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, com pedido de que o TRF da 2ª Região proferisse decisão sobre a questão do desmembramento da execução, foi distribuído para a 7ª Turma do Tribunal, sendo em 11/11/2013, deferida liminar pelo Desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução. Diante da ordem de suspensão, a Juíza da 23ª Vara Federal, em 28/11/2013, proferiu nova decisão na qual, determinou que a execução se fizesse em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos por juízos competentes. A ABRAPP, em 11/12/2013, interpôs Agravo de Instrumento contra esta decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído por dependência para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para a Advocacia Geral da União, para devolução após o recesso forense (20/12/2013 a 06/01/2014).

17.3.3. Quanto a Ação Rescisória da União Federal (nº 2012.02.01.000858-3), tendo em vista que os embargos de declaração opostos, tanto pela ABRAPP quanto da União Federal, foram rejeitados, em 06/09/2013 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ. A União Federal por sua vez também interpôs mesmos recursos, que aguardam a apreciação pela Vice-Presidência do TRF-2ª Região, para a subida aos tribunais superiores. No caso da ABRAPP o recurso visa à discussão sobre a redução dos honorários, já a União Federal pretende levar a discussão, de todo o mérito da causa.

17.3.4. Na CIR-JUR-002/15 da ABRAPP, de 14/12/2015, informa que na Assembleia Geral Extraordinária de 27/10/2015 ficou deliberado que a Associação como legítima substituta processual na Ação Ordinária nº 91.0123902-3 da 23ª Vara Federal do RJ, conduziria junto aos patronos da causa o encaminhamento da execução através das ações de liquidação por artigos de título judicial, conforme circulares encaminhadas às entidades (CIR-ABR-DIR-014/15, 21/10/2015 e a CIR-JUR-001/15, de 06/11/2015), considerando para formação dos grupos, os documentos comprobatórios apresentados por cada entidade, à existência de entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a informação da ocorrência de transferência, resgate ou alienação das OFND de que eram titulares em momento posterior à sua aquisição, além do cálculo dos valores apresentado na petição de execução em 30/06/2011, devidamente atualizado.

17.3.5. Considerando a possibilidade da ocorrência de prescrição (28/11/2015) informada na Assembleia Geral Extraordinária de 18/08/2015, a distribuição das ações de liquidação se deu em dia 27/11/2015, ficando a PREVHAB incluída no Grupo 4 com mais seis Entidades e a ação de liquidação distribuída para a 12ª Vara Federal do

RJ - processo nº 0145871-67.2015.4.02.5101.

17.3.6. Sobre o andamento da ação, a Figueiredo & Silva Advogados Associados informou que, em 23/09/2020, ocorreu decisão da justiça determinando a suspensão do feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias ou até o retorno do mandado, considerando o estado de calamidade e a portaria que determinou a manutenção da suspensão da distribuição ordinária de ordens judiciais que dependam de cumprimento presencial.

17.4. Ajuste de Precificação dos Títulos Federais

17.4.1. Conforme nova redação dada à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e definições da Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, a PREVHAB calculou o ajuste de precificação, do exercício de 2020, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, 4,60% a.a. e o valor contábil desses títulos.

17.4.2. O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em que a Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento observando seus fluxos de pagamento, bem como, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como os demais requisitos previstos na norma.

17.4.3. O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, resultando na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

17.4.4. A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação, para os exercícios de 2020 e 2019:

Em 31.12.2020

Títulos - R\$ mil	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	Acima de 10 Anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Títulos públicos								
<i>NTN - B - quantidade</i>	8.400	19.024	-	34.936	62.360			
<i>NTN - B - Valor</i>	28.956	65.600	-	128.933		223.489	242.031	18.542
Duração do Passivo	9,04							
Duração do Ativo	8,69							

Em 31.12.2019

Títulos - R\$ mil	Até 1 Ano	1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	Acima de 10 Anos	Quantidade Total	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Títulos públicos								
<i>NTN - B - quantidade</i>	-	40.262	6.617	28.319	75.198			
<i>NTN - B - Valor</i>	-	133.260	22.218	101.434		256.912	276.761	19.849
Duração do Passivo	9,20							
Duração do Ativo	7,85							

18. CORONAVÍRUS (COVID-19)

18.1. No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações sobre alguns casos de pneumonia na China, na cidade de Wuhan (Província de Hubei). Trata-se do Coronavírus (COVID-19), um vírus da mesma família da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS em inglês), que se espalhou em Pequim (China) em 2002 e da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS em inglês), que apareceu em Jeddah (Arábia Saudita) em 2012. Em termos de letalidade, o Coronavírus quando comparado com outras pandemias é bem menos letal, porém é muito mais contagioso, atingindo um número maior de pessoas, o que levou a OMS a declarar,

em 11 de março de 2020, estado de pandemia (fonte: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>).

18.2. A PREVHAB adotou medidas preventivas recomendadas por especialistas da Secretaria Municipal de Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança de seus colaboradores, participantes, clientes e prestadores de serviços.

18.3. A PREVHAB manteve suas atividades operacionais normalmente e por se tratar de uma crise sem precedentes, adotando o Home Office como prática para parte de seus colaboradores. Por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incer-

tezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

18.4. Os efeitos econômicos sobre a economia global são inevitáveis, devendo provocar uma desaceleração econômica. Os preços dos ativos

num primeiro momento sofreram bastante, no entanto os agentes do mercado ainda não conseguem identificar e mensurar os reais impactos no mercado chinês e nos outros países ao redor do mundo.

18.5. O Brasil já sofre com os impactos dessa crise com uma alta volatilidade nos preços dos ativos e no câmbio.



MARIO CARDOSO SANTIAGO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF 034.712.507-78



GUSTAVO ARMANDO DE OLIVEIRA BERRIEL
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CPF 425.157.427-34



MARCIO MILLER SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO
CPF 043.970.297-68



ROSANE AMARAL DOS SANTOS LOPES
CONTADORA / CRC-RJ 057.458/O-4
CPF 702.229.677-49

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Rio de Janeiro - RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVHAB Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVHAB Previdência Complementar e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado e do Plano de Benefícios e de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -

CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

4. Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ora apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas, cujo relatório, datado em 23 de março de 2020 não conteve nenhuma modificação.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

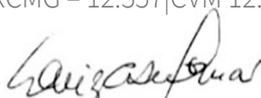
e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG – 12.557|CVM 12.815



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador – CRC RJ – 046.114/O

Parecer Atuarial do Plano Plenus Encerramento do Exercício de 31/12/2020

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus, administrado pela PREVHAB PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, apresentamos a seguir nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2020.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base das informações biométrico-salariais dos Participantes e Assistidos considerados no presente estudo foi 31/12/2020.

Essas informações foram fornecidas pela PREVHAB à HR SERVIÇOS ATUARIAIS que, após a re-

alização de testes considerados apropriados e efetuados os devidos acertos em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins da presente avaliação atuarial.

A análise efetuada pela HR SERVIÇOS ATUARIAIS na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial teve por objetivo, única e exclusivamente, a identificação e a correção de eventuais distorções, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PREVHAB, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características dos participantes estão elencadas abaixo.

PARTICIPANTES ATIVOS

	Em 31/12/2020
Frequência	3
Idade Média	61 anos
Tempo Médio de Serviço	37 anos
Tempo Médio de Contribuição	37 anos
Salário Mensal Médio (R\$)	12.685,03

PARTICIPANTES APOSENTADOS

Em 31/12/2020	Aposentados Válidos	Aposentados por Invalidez
- Frequência	390	32
- Idade Média	75 anos	69 anos
- Benefício Mensal Médio (R\$)	8.305,06	2.868,14

PENSIONISTAS

Em 31/12/2020	
Frequência de Pensões	140
Frequência de Pensionistas	152
Idade Média (vitalícios)	72 anos
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.680,53

Os valores são nominais e estão posicionados em 31/12/2020. Importante observar que as estatísticas aqui apresentadas podem eventualmente ser divergentes daquelas constantes nos sistemas da PREVHAB, justamente por conta dos ajustes feitos na base de dados para fins de avaliação atuarial.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir não só os valores esperados relativos aos participantes já recebendo benefício quanto aqueles que ainda se encontram em atividade.

Desse modo, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas

com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e nível de benefícios do INSS, dentre outras) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Na avaliação atuarial do Plano de Benefícios Plenus foram consideradas as seguintes hipóteses atuariais na apuração das Provisões Matemáticas em 31/12/2020.

Hipótese	em 31/12/2020
Taxa Real Anual de Juros	4,60% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	4,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS	0,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.
Fator de Capacidade para os Salários	0,98
Fator de Capacidade para os Benefícios	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M/F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 M/F
Tábua de Entrada em Invalidez	HUNTER
Composição da Família de Pensionistas	Assistidos – família real Ativos – 95% casados com esposa 4 anos mais jovem

RISCOS ATUARIAIS

Considerando que o Plano de Benefícios Plenus está estruturado na modalidade de Benefício Definido, todas as hipóteses adotadas afetam os

valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente ava-

liação atuarial foram fundamentadas por meio de estudos específicos de aderência realizados em 2019 (Relatório HR/133/2019), que tomaram como base a população existente em 31/12/2018.

O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na sede da PREVHAB.

A adequação da taxa real de juros para o exercício de 2020 foi objeto de estudo técnico específico em 2020 (Relatório HR/116/2020), de modo a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados apontaram a taxa máxima de 5,24% a.a.

A taxa real anual de juros foi mantida em 4,60% a.a., respeitando os limites estabelecidos pela Portaria nº 337, de 29/04/2020, que estabeleceu o limite mínimo de 3,71% a.a. e o limite máximo de 5,70% a.a., considerando a duração do passivo do plano aproximada para 9 anos em 31/12/2019 (a *duration* foi de 110,4 meses, conforme DA de 2019).

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a manutenção para o exercício de 2020 das hipóteses atuariais adotadas no ano anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefícios Plenus, à exceção do Pecúlio Especial, que é estruturado no regime de repartição simples. Informamos também que não ocorreram alterações nos métodos atuariais com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2019.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano.

Em nossa opinião, portanto, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

De acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

Descrição	Em R\$
Provisões Matemáticas	586.627.564,66
Benefícios Concedidos	581.506.869,04
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	581.506.869,04
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	467.060.762,49
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	114.446.106,55
Benefícios a Conceder	5.120.695,62
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.944.471,30
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.944.471,30
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	176.224,32
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	176.224,32
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

Os valores das provisões matemáticas foram apurados considerando-se o Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2020. Informamos que não houve alteração regulamentar que tenha gerado impacto ou influenciado no resultado apurado no final do exercício de 2020.

RESULTADO CONTÁBIL EM 31/12/2020

O Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Plenus foi determinado com base nas Provisões Matemáticas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos fornecidos pela PREVHAB posicionados em 31/12/2020.

O Plano de Benefícios Plenus encerrou o exercício de 2020 com resultado deficitário de 1,36% das provisões matemáticas.

Descrição	Em R\$
Ativo Total	597.478.574,18
(-) Exigível Operacional	5.666.569,92
(-) Exigível Contingencial	1.263.314,44
(=) Patrimônio Social	590.548.689,82
(-) Fundos	11.870.737,17
Previdencial	-
Administrativo	11.870.737,17
Investimentos	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	578.677.952,65
(-) Provisões Matemáticas	586.627.564,66
PM de Benefícios Concedidos	581.506.869,04
PM de Benefícios a Conceder	5.120.695,62
PM a Constituir	-
(=) Equilíbrio Técnico	-7.949.612,01
Déficit Técnico Acumulado	-7.949.612,01
Déficit Técnico no Exercício	-7.949.612,01

Informamos que a HR SERVIÇOS ATUARIAIS não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Plenus, tendo se baseado na informação fornecida pela própria PREVHAB.

Com relação à estruturação das Provisões, informamos:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provi-

sões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e o pecúlio por morte do válido e do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro válido ou inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO EM 31/12/2020

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o resultado contábil ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação. Em 31/12/2020, esse valor foi positivo, de R\$ 18.541.839,69.

Em atendimento ao parágrafo 4º, do artigo 30, da Resolução CNPC nº 29, de 21/05/2018, atestamos que a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios Plenus, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seu plano de benefícios, não fica prejudicada em função da intenção da manutenção dos títulos em carteira até seu vencimento.

O resultado do ETA é o efetivamente considerado pelo sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficit.

Descrição	Em R\$
Patrimônio de Cobertura	578.677.952,65
Provisões Matemáticas	586.627.564,66
(+) Passivo Atuarial	586.627.564,66
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	-7.949.612,01
(+/-) Ajuste Precificação	18.541.839,69
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	10.592.227,68

Segundo registros contábeis, não verificamos a existência de Dívidas Contratadas, Equacionamento de Déficit ou amortização de Serviço Passado.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

A pequena variação negativa 0,33% no valor das provisões matemáticas, de R\$ 588.548.411,82 em 31/12/2019 para R\$ 586.627.564,66 em

31/12/2020, está consistente com a movimentação de participantes, pagamento de benefícios e envelhecimento natural da massa em um plano fechado.

VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

A rentabilidade nominal líquida auferida pelos investimentos (5,53%) foi inferior à meta atuarial do Plano (10,04%) em 31/12/2020.

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2020, um déficit técnico acumulado de R\$ 7.949.612,01, equivalente a 1,36% das provisões matemáticas do plano.

Considerando o Ajuste de Precificação, o resultado em 31/12/2020 foi superavitário em R\$ 10.592.227,68.

No entanto, ainda que o ETA não fosse positivo, o resultado deficitário apurado antes do ajuste de precificação se encontra dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, não sendo obrigatório o seu equacionamento.

Considerando a duration do passivo de 9,04 anos em 31/12/2020, temos:

- $(duration \times 1\%) - 4\% = 5,04\%$
- Limite para equacionamento do déficit: = R\$ 29.566.029,26, superior ao déficit apurado antes do ajuste de precificação (R\$ 7.949.612,01).

CONTRIBUIÇÕES

Os participantes ativos deverão contribuir para o Plano de Benefícios Plenus de acordo com o dis-

posto no art. 11 do Regulamento do Plano:

- a) 1% (um por cento) sobre a parcela menor ou igual à metade do maior salário-de-contribuição para a Previdência Social;
- b) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parcela superior à obtida de acordo com a alínea anterior e menor ou igual ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social; e
- c) 8,5% (oito e meio por cento) sobre a parcela superior ao maior salário-de-contribuição para a Previdência Social.

Os participantes aposentados e pensionistas não contribuem para o plano.

Conforme definido no Plano de Custeio, será cobrada dos participantes ativos a taxa de 10% da contribuição previdenciária a título de taxa administrativa. Para os assistidos, foi mantido o percentual de 4% sobre o valor do benefício, exceto para as pensões com DIB anterior a 18/07/2011.

CONCLUSÃO

Informamos que o Plano de Benefícios Plenus administrado pela PREVHAB apresentou, em 31/12/2020, situação de Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 10.592.227,68, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2021.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.



ANDREA VANZILLOTTA
MIBA nº 1000 – CPF nº 920.040.087-68

Parecer do Conselho Fiscal

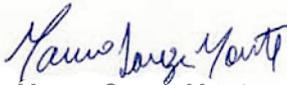
CONSELHO FISCAL PARECER 01/2021

O Conselho Fiscal da Prevhav Previdência Complementar, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após concluir o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas da PREVHAB, de 31 de dezembro de 2020, em sua 74ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de março de 2021, por videoconferência, considerando a adequação daquelas Demonstrações Contábeis às normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Economia, tendo em vista o Parecer Atuarial datado de 03 de março de 2021 da empresa HR Serviços Atuariais Ltda., o Relatório dos Auditores Independentes emitido em 22 de março de 2021 da Fernando Motta Auditores e a deliberação da Diretoria Executiva da PREVHAB em sua 438ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de março de 2021,

RESOLVE:

Aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar, referentes ao Plano de Benefícios Plenus e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por entender que as mesmas representam de forma adequada sua situação financeira e patrimonial.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.



Mauro Souza Monte
Presidente
CPF 316.421.607-68



Carlos Alberto Gonçalves da Costa
Titular
CPF: 382.701.707-63



Cândido de Almeida Neto
Titular
CPF: 036.765.797-04

Resolução do Conselho Deliberativo

CONSELHO DELIBERATIVO RESOLUÇÃO - RCD 02/2021

Em sua 220ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 2021, o Conselho Deliberativo da Prevhav Previdência Complementar, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal nº 01/2021 exarado em sua 74ª Reunião Ordinária, de 24 de março de 2021,

RESOLVE:

1. Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prevhav Previdência Complementar referentes aos Planos de Benefícios PLENUS e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2020.
2. A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.



Roberto de Andrade Torres
Presidente
CPF 000.378.692-72



PREVHAB Previdência Complementar

Rua da Glória, 306 - 10º e 11º andares - Glória

Rio de Janeiro - RJ / CEP 20241-180

Tel: (21) 2212-5700 / Fax: (21) 2212-5743

www.prevhab.com.br